https://journals.scientia.international/SIJSocial
Scientia International Journal for Social Sciences
Vol. 1, 1 (2026)
Tipo: Artigo de pesquisa | DOI: 10.56365/0z09nc07

O Movimento de Mulheres Negras como sujeito político e epistêmico: autonomia e produção de saberes

Monica Regina Miranda [1]*, Angie Edell Campos Lazo [2]

[1] Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, Brasil
[2] Universidade Nacional Mayor de San Marcos (UNMSM), Lima, Peru; https://orcid.org/0000-0002-1732-4015

* Autor correspondente: m235987@dac.unicamp.br.

Resumo

Esta pesquisa analisa o Movimento de Mulheres Negras (MMN) na década de 1980 como sujeito político e epistêmico, destacando a autonomia como práxis coletiva e situada. A partir de uma abordagem interseccional e decolonial, investigamos o percurso histórico no contexto do Rio de Janeiro, entre os anos de 1980 e 1997 do MMN, suas estratégias de resistência e sua capacidade de produzir saberes enraizados nas experiências vividas. O texto articula três eixos centrais — ação política, produção de conhecimento e construção de autonomia — para compreender como o MMN tensiona estruturas hegemônicas e afirma epistemologias do Sul. Ao reconhecer o protagonismo das mulheres negras na elaboração de sentidos éticos e políticos, o artigo contribui para os debates sobre justiça epistêmica, direitos e transformação social.

Palavras-chave: Mulheres Negras; Autonomia; Interseccionalidade; Feminismo Negro; Epistemologias do Sul; Movimento Social.

Detalhes do artigo | Avaliação por pares aberta
Editado por:
Bruno César Alves Marcelino
Avaliado por:
Walkyria Chagas da Silva Santos Guimarães
Yasmim Pereira Yonekura
Citação:
Miranda, M. R., & Edell Campos Lazo, A. (2026). O Movimento de Mulheres Negras como sujeito político e epistêmico:autonomia e produção de saberes. *Scientia International Journal for Social Sciences*, 1 (1), 30. https://doi.org/10.56365/0z09nc07

Histórico do artigo
Recebido: 16/12/2025
Revisado: 16/02/2026
Aceito: 24/03/2026
Disponível: 28/05/2026

Check for updates

ISSNe 3127-2894 © 2026 Os autores. Publicado por Scientia.International S.L. (Espanha).
Artigo de acesso aberto sob licença CC BY 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0).

Introdução

Neste artigo, propomos um debate teórico com intelectuais negros e negras brasileiros/as, mobilizando uma bibliografia nacional comprometida com epistemologias negras. Ao dialogar com essas produções, buscamos contribuir para a construção de perspectivas críticas e inovadoras nas ciências sociais, reconhecendo o pensamento negro brasileiro como central na produção de conhecimento socialmente situado. Este debate se insere no contexto da ditadura militar brasileira (1964–1985) e do processo de redemocratização, período em que os movimentos sociais encontraram nas brechas políticas a possibilidade de reorganização e resistência coletiva.

A década de 1980 foi marcada por uma efervescência política e social no Brasil, especialmente no contexto da redemocratização e da mobilização dos movimentos sociais. Nesse cenário, o Movimento de Mulheres Negras (MMN) emergiu como uma força coletiva que buscava articular as especificidades das opressões vividas por mulheres negras, historicamente invisibilizadas tanto pelo movimento dos homens negros quanto pelo movimento feminista branco.

O MMN constitui um sujeito político e epistêmico que, ao longo das últimas décadas, tem articulado práticas de resistência, produção de saberes e construção de autonomia frente às múltiplas formas de opressão. Entende-se por sujeito político aquele que, a partir de uma posição historicamente subalternizada, formula demandas coletivas, disputa espaços de poder e constrói uma agenda própria de transformação social. Por sujeito epistêmico, compreende-se aquele capaz de produzir conhecimento a partir de sua experiência situada, desafiando os critérios hegemônicos que definem o que conta como saber legítimo. O MMN reúne essas duas dimensões de forma indissociável: ao organizar-se politicamente, produz também conhecimento; ao produzir conhecimento, fortalece sua ação política. Este artigo propõe uma análise crítica do percurso histórico do MMN, destacando como a autonomia não se apresenta apenas como um ponto de partida, mas como uma práxis situada, coletiva e transformadora.

Nos anos 1980, os saberes das mulheres negras afirmaram que raça, gênero e classe são inseparáveis na experiência social. Esses saberes valorizaram o cotidiano, a ancestralidade, a cultura e a militância como formas legítimas de conhecimento.

Eles denunciaram o racismo no feminismo e o sexismo no movimento negro, criando um feminismo negro autônomo e crítico.

A partir de uma abordagem interseccional e decolonial. Exemplo interseccional e decolonial: O MMN analisa as opressões de raça, gênero e classe como efeitos históricos da colonialidade. Ao fazê-lo, produz epistemologias próprias e contesta a centralidade do feminismo universalista. O texto examina como o MMN tensiona os limites das estruturas hegemônicas de poder e conhecimento, produzindo sentidos próprios de ação política e saberes enraizados nas experiências vividas. Ao reconhecer o MMN como espaço de elaboração ética e epistêmica, busca-se compreender sua contribuição para a justiça social e para a construção de epistemologias do Sul.

Para essa análise, serão mobilizados referenciais teóricos que permitem compreender os processos de articulação, resistência e construção coletiva protagonizados por mulheres negras naquele período. Entre os principais aportes teóricos, destaca-se o pensamento de Lélia Gonzalez (1988), que argumenta que a experiência dessas mulheres não pode ser compreendida apenas pela ótica do gênero, já que estão submetidas simultaneamente à dominação patriarcal e à violência racial, o que resulta em múltiplas formas de exclusão da violência física à marginalização política e social.

O pensamento de Lélia Gonzalez é fundamental para compreender as bases do feminismo negro no Brasil. Suas reflexões evidenciam que a luta das mulheres negras não pode ser completamente representada por um feminismo hegemônico, centrado nas experiências de mulheres brancas de classe média. Para Gonzalez, o feminismo precisa ser plural, interseccional e atento às especificidades de raça e classe. As mulheres negras não podem ocupar uma posição subordinada ou ser vistas como uma subcategoria dentro do feminismo branco, que, ao longo da história, ignorou sistematicamente as desigualdades raciais em sua agenda política. A proposta de Gonzalez vai além da crítica: ela aponta para a construção de um feminismo que reflita a realidade das mulheres negras, suas vivências e formas de resistência. Esse olhar interseccional é essencial para compreender a importância da atuação política dessas mulheres e sua centralidade em movimentos que articulam gênero, raça e classe como elementos inseparáveis da opressão e da luta por justiça social.

Sueli Carneiro (2005), por sua vez, complementa essa crítica, apontando que o movimento feminista, em sua maioria, exclui ou marginaliza a voz das mulheres negras. Carneiro destaca que o racismo estrutural é uma das principais barreiras à plena participação das mulheres negras nas discussões feministas e que as questões raciais precisam ser centrais em qualquer proposta de emancipação feminina. Para ela, é impossível falar em liberdade ou igualdade para as mulheres negras sem uma análise crítica do racismo que afeta suas vidas de maneira direta e profunda. Assim, a autora reforça a necessidade de um feminismo negro, que entenda a interseção entre gênero, raça e classe como uma condição fundamental para a luta pela equidade.

Tanto Gonzalez quanto Carneiro nos mostram que um feminismo verdadeiro, capaz de atender as demandas das mulheres negras, deve ser transformador e inclusivo, rompendo com as narrativas dominantes que negam a experiência do racismo. Ambas as autoras argumentam que a construção de um feminismo negro exige a valorização das vivências das mulheres negras e o reconhecimento de que suas lutas não são secundárias, mas centrais para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Com base nas ideias das intelectuais negras, emergiu a pergunta que fundamentou esta investigação teórica: como o feminismo interseccional nas múltiplas dimensões de gênero, raça e classe influencia a luta das mulheres negras contra as dominações e opressões das quais historicamente são vítimas? Parte-se da hipótese de que o MMN, ao articular raça, gênero e classe como dimensões inseparáveis da opressão, não apenas resistiu às estruturas hegemônicas de poder, mas constituiu-se como sujeito epistêmico autônomo, capaz de produzir saberes situados e práticas políticas que desafiam tanto o feminismo universalista quanto o movimento negro androcêntrico. Nesse sentido, a autonomia não se apresenta como resultado final da luta, mas como práxis coletiva e transformadora que atravessa todo o percurso histórico do MMN — sendo, ao mesmo tempo, condição e produto da resistência política e da produção de conhecimento das mulheres negras.

Para responder a essa questão, é fundamental compreender como as intersecções entre sexismo, racismo e classismo formam um sistema de dominação único que afeta as mulheres negras de maneira específica. O feminismo negro, portanto, propõe uma análise crítica dessas opressões combinadas, destacando a necessidade de políticas que considerem essas múltiplas dimensões. Ao discutir essa abordagem interseccional, busca-se elucidar como ela pode informar e transformar as práticas políticas atuais, tornando-as mais inclusivas e eficazes na luta contra as desigualdades estruturais que afetam as mulheres negras.

O MMN dos anos de 1980 segue por esse caminho, ao representar uma ruptura necessária com o feminismo tradicional, reivindicando um espaço onde a questão racial seja central e não secundária. Mais do que lutar apenas por igualdade de gênero, as mulheres negras propunham uma transformação estrutural que pudesse enfrentar as desigualdades raciais, sociais, econômicas e políticas que as afetavam diretamente.

Esse movimento ganha ainda mais força no contexto da redemocratização do Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, onde, durante os anos 1980, os espaços de mobilização política estavam em efervescência. Nesse cenário, torna-se essencial compreender não só as demandas históricas das mulheres negras, mas também suas vivências subjetivas e as formas de articulação política que construíram naquele período. A luta das mulheres negras não se restringia à crítica ao feminismo branco, mas abrangia múltiplas demandas sociais, territoriais e culturais, tais como o combate à violência doméstica e institucional, o acesso à saúde reprodutiva, a valorização da cultura e da ancestralidade negra, e a representação política nos espaços de poder.

Nesse cenário, o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, realizado em Valença (RJ) em 1988, constitui um marco central desta análise, por expressar de forma concreta a autonomia política e epistêmica construída pelo MMN ao longo da década. Neste artigo, utilizamos as estratégias do I Encontro Nacional de Mulheres Negras de Valença para traçar o passo a passo de sua formação, destacando como o evento foi idealizado e executado, os critérios de participação e as razões pelas quais ele se fez necessário. A metodologia consistiu na análise de editoriais da época e na realização de entrevistas semiestruturadas, associadas à escuta ativa das trajetórias das interlocutoras, possibilitando a compreensão do contexto histórico e das experiências por elas construídas. Os boletins também apresentam as justificativas para essa decisão e para a importância do encontro como um espaço dedicado, pensado e organizado pelas próprias mulheres negras. Para complementar, fazemos uso da revista *Nzinga*, da época, que acompanharam e documentaram os desdobramentos do encontro.

Um ponto central desse encontro foi a decisão de não permitir a participação de homens nem de feministas brancas, refletindo a intenção de dar voz exclusivamente às mulheres negras e colocar suas questões no centro dos debates e reflexões.

O artigo está organizado em três seções. A primeira examina o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU) e sua relevância para a luta das mulheres negras. A segunda analisa a atuação das mulheres no interior do MNU, destacando o enfrentamento ao machismo e a construção de alianças políticas. A terceira seção discute a autonomia como práxis coletiva no MMN, articulando a experiência do I Encontro Nacional de Mulheres Negras de Valença (1988) com a produção de saberes situados e epistemologias do Sul. Por fim, a conclusão retoma os eixos centrais do debate e aponta as contribuições do MMN para a justiça epistêmica e social.

Percurso Metodológico e Epistemológico

Do ponto de vista metodológico, este artigo se insere em uma perspectiva qualitativa e interpretativa, comprometida com a produção de conhecimento situado e socialmente engajado. As fontes primárias mobilizadas — editoriais, boletins e a revista Nzinga — foram selecionadas por serem documentos produzidos pelo próprio MMN, o que significa reconhecer as mulheres negras não como objetos de análise, mas como sujeitas produtoras de saber. As entrevistas semiestruturadas, por sua vez, foram conduzidas com militantes que participaram diretamente do I Encontro Nacional de Mulheres Negras de Valença (1988), privilegiando a escuta ativa como instrumento de produção de conhecimento comprometido com as experiências das interlocutoras.

A análise das fontes foi conduzida a partir da hermenêutica crítica e da análise do discurso situada, procedimentos metodológicos coerentes com a perspectiva epistemológica decolonial adotada. Esses

procedimentos permitem interpretar os documentos não apenas como registros históricos, mas como enunciações políticas e epistêmicas que revelam as formas de produção de sentido do MMN.

A abordagem interseccional, tal como desenvolvida por Kimberlé Crenshaw (1989) e aprofundada no contexto brasileiro por Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez, orienta a leitura das fontes ao revelar como raça, gênero e classe não operam de forma isolada, mas se articulam produzindo formas específicas e combinadas de opressão. Essa lente analítica permite compreender por que as demandas das mulheres negras não podiam ser subsumidas nem pelo feminismo branco nem pelo movimento negro androcêntrico.

A perspectiva decolonial fundamenta a crítica aos regimes de conhecimento hegemônicos e justifica a centralidade das epistemologias do Sul neste trabalho. Seguindo Boaventura de Sousa Santos (2010) e a proposta de Ochy Curiel (2014) de uma autonomia insurgente, compreende-se que os saberes produzidos pelo MMN constituem formas legítimas e originais de conhecimento, enraizadas nas experiências corporais, territoriais e afetivas de mulheres negras. O conceito de saberes situados — desenvolvido por Donna Haraway (1995) e reconfigurado pelo pensamento negro feminista — permite reconhecer que todo conhecimento é produzido desde um lugar social específico, e que esse lugar importa política e epistemicamente.

Em termos procedimentais, a análise documental das fontes primárias — editoriais, boletins e a revista Nzinga — foi orientada por três eixos interpretativos: (i) a identificação das estratégias discursivas utilizadas pelo MMN para afirmar sua autonomia política e epistêmica; (ii) o rastreamento das formas de produção e circulação de saberes coletivos; e (iii) a localização das tensões e disputas com outros movimentos sociais contemporâneos. Esses eixos foram construídos a partir do diálogo entre o referencial teórico interseccional e decolonial e o material empírico, permitindo que as categorias analíticas emergissem do próprio objeto, e não fossem impostas a ele externamente. As entrevistas semiestruturadas, realizadas com duas militantes que participaram diretamente do I Encontro Nacional de Valença, foram tratadas como fontes complementares e trianguladas com os documentos escritos, de modo a contrastar memórias individuais com registros coletivos e verificar a consistência interpretativa dos achados. Esse procedimento de triangulação entre fontes documentais e orais é o que permite sustentar as interpretações apresentadas neste artigo como análise fundamentada, e não como posicionamento arbitrário. A seguir, examinamos como a autonomia se constrói historicamente no MMN, articulando práticas de resistência, produção de saberes e ação política.

1. O estopim da criação do Movimento Negro Unificado (MNU) e a relevância do grupo para a luta das mulheres negras

A criação do Movimento Negro Unificado (MNU) insere-se em um contexto histórico marcado por iniciativas de contestação ao poder sociopolítico hegemônico e por denúncias sistemáticas acerca da violência institucional praticada pelo Estado brasileiro contra a população negra. Nesse cenário, um episódio específico atuou como catalisador da fundação do movimento: o assassinato de Robson Silveira da Luz, taxista negro, ocorrido em abril de 1978.

A partir dessa articulação, ativistas de diferentes regiões do país, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro, passaram a desenvolver ações coletivas de enfrentamento ao racismo estrutural.

A importância do MNU no contexto da luta antirracista reside, em grande parte, no fato de ter sido uma das primeiras organizações do movimento negro a reconhecer, de forma explícita e formal, que as mulheres negras enfrentam desafios específicos e agravados pela intersecção entre racismo e machismo. Essa compreensão indicava que as opressões vividas por mulheres negras não podiam ser tratadas de maneira isolada ou secundária, uma vez que sua condição de dupla vulnerabilidade, por serem negras e mulheres, exigia um enfrentamento político próprio.

Dessa forma, o surgimento do movimento de mulheres negras está intrinsecamente ligado ao conceito de interseccionalidade — a articulação entre as opressões de gênero, raça e classe, dentro de uma estrutura social marcada por desigualdades profundas e sistêmicas. A partir das décadas de 1970 e 1980, as mulheres negras passaram a se organizar de forma mais visível e autônoma, criando seus próprios espaços políticos e formulando uma agenda específica que expressasse suas demandas e experiências.

2. A atuação das mulheres no MNU: consciência crítica e enfrentamento do machismo

A construção da autonomia no MMN está intrinsecamente ligada à produção de saberes situados, que emergem das experiências vividas e das práticas coletivas de resistência. No âmbito do MNU, a atuação das mulheres negras foi decisiva para o aprofundamento de uma reflexão crítica e educativa sobre as múltiplas opressões a que estavam submetidas. As militantes assumiram um papel central na organização de grupos de discussão regionais, espaços nos quais compartilhavam vivências e analisavam coletivamente os efeitos interseccionais do racismo e do machismo em suas trajetórias pessoais, profissionais e políticas (GONZALEZ, 1988; CARNEIRO, 2003).

Mais do que identificar o machismo nas relações interpessoais, esses debates buscaram evidenciar sua natureza estrutural, compreendida como um instrumento de controle, exploração e sustentação da supremacia masculina. Lélia Gonzalez (1988) já apontava a necessidade de compreender como o sexismo opera de forma articulada ao racismo na produção de desigualdades que atingem de modo específico as mulheres negras. Nesse sentido, as iniciativas promovidas por essas militantes visavam não apenas fortalecer seu protagonismo dentro do movimento, mas também conscientizar os homens militantes sobre a importância de incorporar a igualdade de gênero como princípio político e ético fundamental na luta antirracista (CARNEIRO, 2003).

A criação desses espaços e a sistematização dos debates evidenciaram a urgência de reconfigurar as dinâmicas internas do MNU, a fim de promover relações pautadas na equidade e no respeito mútuo. O objetivo era consolidar um ambiente organizacional livre de discriminações de gênero, assegurando às mulheres negras o devido reconhecimento de sua agência política, de sua capacidade de liderança e de sua contribuição teórica e prática ao movimento.

Do ponto de vista externo, as relações estabelecidas entre o Movimento Negro Unificado (MNU), entidades feministas e movimentos de mulheres possibilitaram a construção de alianças políticas estratégicas, especialmente no enfrentamento das múltiplas formas de controle e violência dirigidas aos corpos femininos. Entre as principais pautas dessas articulações estavam a denúncia da violência de gênero e a crítica às políticas de planejamento familiar, frequentemente implementadas sem o consentimento das mulheres em especial das negras e das pobres. Tais práticas eram compreendidas como mecanismos de dominação que reforçavam a marginalização feminina e aprofundavam desigualdades históricas (CARNEIRO, 2003).

As alianças com outros movimentos feministas tinham como objetivo ampliar o alcance político das demandas das mulheres negras, inserindo-as em uma agenda mais ampla e interseccional. Essa articulação permitiu a politização de temas fundamentais, como o controle reprodutivo, a violência institucional e a autonomia sobre o próprio corpo, a partir da compreensão de que o racismo e o sexismo operam de forma interligada na vida das mulheres negras (GONZALEZ, 1988).

Nesse contexto, a atuação das mulheres negras se desdobrava em duas frentes complementares: internamente, no enfrentamento ao machismo presente nas estruturas do próprio MNU; e externamente, na construção de alianças com movimentos feministas para denunciar práticas estruturais de exclusão e violência. Tratava-se, portanto, de uma luta simultânea por reconhecimento e por transformação social.

Em contraponto à crítica de Lemos (2009) ao movimento negro, é preciso também considerar as limitações do feminismo branco, que, ao universalizar a experiência feminina a partir da vivência de mulheres brancas, de classe média, historicamente ignorou as especificidades das mulheres negras. Autoras como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro denunciam esse apagamento, apontando que o feminismo branco, ao desconsiderar as intersecções entre raça, classe e gênero, reproduz uma lógica excludente semelhante àquela criticada por Lemos no interior do movimento dos homens negros. Assim, tanto o movimento dos homens negros quanto o feminismo branco, quando não interseccionais, naturaliza em reconhecer a complexidade das opressões vivenciadas pelas mulheres negras.

Ao afirmar saberes próprios e coletivos, o MMN contribui para a construção de justiça epistêmica, ampliando os horizontes da ação política e da transformação social — aspectos que serão retomados na conclusão.

3. Autonomia e produção de saberes: práxis coletivas do MMN

A criação do Movimento Negro Unificado (MNU) insere-se em um contexto histórico marcado por iniciativas de contestação ao poder

A autonomia e a produção de saberes constituem, no MMN, duas dimensões de uma mesma práxis política. A autonomia não se reduz à independência organizativa frente a outros movimentos — ela se manifesta, sobretudo, na capacidade de nomear a própria experiência, de definir as categorias com as quais se interpreta o mundo e de formular respostas coletivas às opressões vividas. Nesse sentido, autonomia é também um ato epistêmico: ao recusar as definições impostas pelo feminismo branco e pelo movimento negro androcêntrico, as mulheres negras afirmaram o direito de produzir seus próprios saberes. Por sua vez, essa produção de saberes alimenta e fortalece a autonomia,

O Encontro representou um marco distintivo em relação a eventos anteriores, tornando-se uma referência na organização coletiva e no protagonismo político das mulheres negras. A principal diferença esteve na implementação de metodologias e práticas políticas específicas compreendidas aqui como "tecnologias sociais" que responderam, de forma estratégica e inovadora, às demandas daquele período histórico. Esse processo resultou não apenas em articulações organizativas robustas, mas também em um legado de políticas públicas e no fortalecimento da agenda das mulheres negras no cenário nacional.

Na década de 1980, as mulheres negras compreenderam a necessidade de construir uma identidade coletiva fundamentada em práticas que lhes possibilitassem disputar espaços de poder e reivindicar sua própria história de lutas. A formação de coletivos não se deu de maneira isolada ou individual, mas emergiu de experiências organizativas compartilhadas, enraizadas em vivências comuns e marcadas por laços de ancestralidade. Esse aspecto conferia um diferencial político e simbólico, funcionando como um marcador de diferença e pertencimento, Essas mulheres compreendiam que suas pautas não poderiam ser fragmentadas, pois as opressões vividas estavam atravessadas simultaneamente por raça e gênero.

Elas buscavam o reconhecimento, mas, acima de tudo, pleiteavam a equidade na luta. Havia uma necessidade profunda de autonomia, de desenvolver ações sociais e políticas que garantissem sua representação e a consolidação do grupo. Para compreender as estratégias, articulações e exigências feitas por essas mulheres, é necessário considerar um governo mais participativo e uma sociedade igualitária. Esse contexto proporcionaria reflexões essenciais sobre a estruturação do processo de luta no ativismo, permitindo que as demandas dessas mulheres fossem verdadeiramente atendidas e reconhecidas.

Não é possível narrar o I Encontro Nacional de Valença sem realizar uma retrospectiva de 1988, um ano marcante, repleto de acontecimentos históricos que alimentaram diversos debates. Desde a cultura negra até

as reflexões políticas em torno do centenário da Abolição da Escravatura, 1988 foi um ano emblemático: em 16 de fevereiro de 1988, as escolas de samba do Rio de Janeiro, Vila Isabel e Mangueira, escolheram temas que refletiam essas discussões. A Vila Isabel trouxe o enredo "Kizomba: a Festa da Raça", um resgate da história do povo negro, enquanto a Mangueira apresentou o enredo "100 anos de Liberdade: Realidade ou Ilusão?", que criticava o tipo de liberdade conquistada com a Abolição. Em 13 de maio de 1988, o movimento negro organizou a Marcha dos 100 Anos da Farsa da Abolição", que ficou marcada pela repressão do Exército Brasileiro, que tratou os manifestantes como desordeiros ao impedir a marcha de passar pelo Palácio Duque de Caxias. Em outubro de 1988, a promulgação da nova Constituição contou com a participação significativa de ativistas negros e negras. Finalmente, em 2 de dezembro de 1988, o I Encontro Nacional de Valença refletiu sobre a Abolição e seus desdobramentos.

O editorial do I Encontro Nacional de Mulheres Negras de 1988, delineia toda a trajetória de preparação do evento, sua estruturação e a importância desse encontro. O texto também esclarece as razões que tornaram necessário esse encontro e a formação do MMN, destacando seu papel histórico no desenvolvimento do pensamento político e social das mulheres negras no Brasil:

> O I Encontro Nacional de Mulheres Negras será um marco na nossa história, menos pelo seu caráter político que ser por sua função ideológica. Esse encontro tem por finalidade precípua, congregar mulheres negras de todo território nacional e levar nos refletir sobre a verdadeira razão que nos torna diferentes, ou razão pelo qual nos é dado tratamento diferenciado dos demais indivíduos que compõe a sociedade. (Nzinga, 1988: 2)

Já nesse primeiro parágrafo, as mulheres negras já afirmam que o I Encontro é um marco histórico, não por sua seriedade política, mas em especial por seu papel na questão de valores. O que aquelas mulheres defendiam era que o encontro não seria somente sobre questões práticas ou políticas, que naquele momento estavam em processo de maturação. Elas queriam mais do que reivindicações, transformações legais ou direitos: as mulheres negras estavam pleiteando algo mais, que estaria no campo da subjetividade, simbólico, ideológico. Em suma, o Encontro criou possibilidades de pensar, discutir questões maiores e diversas, como identidade, valores, lutas e a ressignificação do ser mulher negra.

O Encontro buscou reunir o maior número possível de mulheres negras em todo país, construindo um lugar de fala, trocando vivências. O objetivo delas era construir uma teia de cooperação e assim consolidar o MMN no país a partir das próprias mulheres negras. Quando elas chamam atenção para o que as torna diferentes, as mulheres negras estão, na verdade, falando: "Oh! Somos mais que uma mulata ou uma doméstica". O tratamento diferenciado pontuado por elas é o que deve ser entendido. Por qual o motivo as mulheres negras são tratadas diferentemente na sociedade brasileira? O tratamento diferenciado reforça o pensamento do racismo estrutural e interseccionaliza a combinação de raça, classe e gênero. Dessa forma as mulheres negras refletem sobre o que é ser mulher negra no Brasil, por isso nesse encontro a proposta foi de analisar as fontes desigualdades raciais e sociais e as discriminações, refletir sobre a experiências e vivências mais profundas e os enfrentamentos.

Partimos do pressuposto de que os movimentos sociais almejam alcançar mudanças sociais e políticas a partir das tensões sociais e dos embates políticos. Logo, poderíamos entender que a partir dos variados encontros as brechas que estavam sendo abertas precisavam dar lugar a vozes de não vitimização e sim de resistência, gerando uma noção pertencimento e cidadania baseadas na ancestralidade através de processos que demarcaram e marcaram olhares de autoformação autodefinido com posturas de ressignificação e resistências. Dessa forma, podemos também citar a linha de pensamento do editorial informativo *Nzinga*, que mostra como nos anos 1970 houve muitos avanços na criação de conselhos estaduais e municipais, delegacias de mulheres, e também com mais atuações de mulheres negras nos encontros, reuniões e fóruns e foram significativos para a luta dos negros. O editorial ainda ponta que

> O que está em discussão na realidade é o espaço em que cada um deseja atuar. E nós do NZINGA, optamos por trabalhar com as questões da Mulher Negra. E é por acreditar nisto que estamos participando efetivamente da organização do I ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS, ideia lançada por um grupo de mulheres negras presentes ao IX Encontro Nacional Feminista, na cidade de Garanhus (PE), em setembro de 1987. Entre os objetivos do Encontro está "... a elaboração de propostas políticas que façam avançar a organização das mulheres negras, colocando para o mundo a existência do Movimento de Mulheres Negras no Brasil de forma unitária e diferentes vertentes políticas". E ainda, por acreditar nisto é que nós estaremos no dia 2 de dezembro, no Encontro Nacional, em algum lugar do Rio de Janeiro. (Nzinga, 1988: 2)

O editorial do I Encontro Nacional, publicado na revista Nzinga, é em si mesmo um exemplo concreto de produção de saberes situada. Ao afirmar que o encontro teria uma função ideológica antes que política, as mulheres negras estavam formulando uma teoria própria sobre o que significa transformação social — uma teoria que não parte de categorias acadêmicas, mas das experiências de quem vive a opressão cotidianamente. Da mesma forma, os boletins e redes de comunicação do MMN funcionaram como instrumentos de sistematização e circulação de saberes coletivos, criando uma memória política própria que desafiava o apagamento histórico das mulheres negras. Esses documentos não são apenas fontes históricas — são, eles mesmos, produtos de uma epistemologia em construção.

O contexto histórico em meio à década da mulher (de 1975 a 1985, da ONU) era entre a Ditadura e constituição do MNU, com o processo de redemocratização e o centenário da Abolição. Nesses 10 anos também ocorreu a estruturação do coletivo das mulheres negras, que alavancaram e acionaram mecanismos que contribuíram para o I Encontro Nacional de Mulheres Negras em Valência em 1988.

Entre as mulheres negras de vários segmentos já se tinha uma enorme vontade de realizar o I Encontro Nacional de Valência de 1988 como um encontro que atendesse às necessidades e reivindicações das mulheres negras. Por esta razão, foi criada uma comissão para ir no evento em Garanhuns (PE). A comissão foi formada por Sandra Bello, Antônia Inês Nolasco, Regina Café, Joana Angélica e Joselina Silva (SILVA, 2014). A comissão serviu para articular o evento, tendo como foco o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, pois o local também serviria para criar redes com outras mulheres de variadas regiões do Brasil. Se o III Encontro Feminista Latino-americano e Caribenho de Bertioga 1985 (SP) já causou estranhamento em não ter nas pautas as demandas das mulheres negras, dois anos depois, em 1987 no IX Encontro Nacional Feministas em Garanhus (PE) não seria diferente: a pendência continuava em não abordar as questões de raça e de racismo na pauta principal.

A autonomia, no contexto do MMN, não se apresenta como um ponto de partida abstrato, mas como uma práxis coletiva, situada e relacional. Trata-se de uma construção histórica que emerge das experiências vividas de enfrentamento ao racismo, ao sexismo e à marginalização epistêmica. Essa autonomia insurgente, como propõe Ochy Curiel, rompe com os marcos coloniais e patriarcais que negaram às mulheres negras o direito à autodeterminação, afirmando modos próprios de existir, resistir e produzir sentidos.

No MMN, a autonomia se manifesta em práticas concretas de organização, cuidado, denúncia e elaboração política. Através de marchas, encontros, redes de apoio e produção de narrativas, as mulheres negras constroem espaços de escuta, ação e saberes que desafiam as estruturas hegemônicas. Essa práxis não se limita à reivindicação de direitos, mas envolve a criação de epistemologias encarnadas, enraizadas nas experiências corporais, afetivas e territoriais das participantes.

Assim, a autonomia torna-se um eixo articulador entre ação política e produção de conhecimento. Ao afirmar saberes situados e coletivos, o MMN tensiona os regimes de verdade dominantes e propõe uma ética do cuidado e da resistência. Essa construção epistêmica não apenas denuncia as violências estruturais, mas também oferece alternativas de mundo, contribuindo para a justiça social e epistêmica desde uma perspectiva interseccional e decolonial.

O MMN se constitui como sujeito político ao disputar espaços de poder e formular uma agenda própria frente às estruturas hegemônicas. Simultaneamente, configura-se como sujeito epistêmico ao produzir saberes que partem das experiências vividas das mulheres negras, tensionando os regimes de verdade dominantes e propondo epistemologias enraizadas na ancestralidade, no corpo e na resistência coletiva. Essa dupla condição — política e epistêmica — é o que distingue o MMN de outros movimentos sociais contemporâneos e o torna central para os debates sobre justiça social e epistêmica. O I Encontro Nacional de Valença materializa essa dupla condição: foi simultaneamente um ato político de autodeterminação e um gesto epistêmico de afirmação de saberes próprios, produzidos por e para mulheres negras.

Conclusão

Em suma, o que as mulheres negras estavam pontuando foi que o I Encontro Nacional de Mulheres Negras foi muito mais do que um simples espaço de reunião, ali foi um lugar de reflexão profunda sobre identidade e os desafios enfrentados pelas mulheres negras no Brasil. Um lugar que serviu para problematizar as questões que permeiam as mulheres negras em diversos aspectos da trajetória.

Esse evento foi fundamental, pois surgiu para dar visibilidade e voz às questões específicas das mulheres negras, que muitas vezes eram marginalizadas tanto pela sociedade em geral quanto dentro do próprio movimento negro. As mulheres negras enfrentam uma dupla opressão, sendo oprimidas tanto pelo racismo quanto pelo sexismo. O encontro, portanto, representava um espaço legítimo para que elas pudessem discutir suas demandas e criar estratégias de ação. No entanto, a reação de certos homens dentro do movimento negro, que chamaram o encontro de "reunião de sapatonas", reflete uma visão preconceituosa e misógina, que tenta desqualificar a luta das mulheres negras por meio de estereótipos sobre a sexualidade delas. Ao associar o encontro a lésbicas, esses homens estavam tentando minimizar a importância do evento e, ao mesmo tempo, reforçar um controle masculino sobre o movimento, onde a masculinidade heteronormativa era vista como dominante.

Como vimos, a atuação dos movimentos de mulheres negras na década de 1980 representou um marco na reconfiguração das lutas feministas no Brasil, ao evidenciar as limitações de uma agenda que, até então, negligenciava as especificidades das opressões interseccionais. Em um cenário em que o feminismo branco, e de classe média, não reconhecia a sobreposição entre racismo, sexismo e desigualdade socioeconômica, as mulheres negras desenvolveram formas autônomas de organização política, baseadas em estratégias coletivas, saberes ancestrais e práticas de resistência cotidiana.

Esses movimentos não apenas denunciaram a exclusão dentro do próprio campo feminista, como também propuseram uma nova epistemologia, centrada na vivência e na experiência histórica das mulheres negras. Ao articular raça, gênero e classe de maneira indissociável, essas lideranças anteciparam, na prática, os debates que mais tarde seriam sistematizados sob o conceito de interseccionalidade. Assim, compreender as estratégias e técnicas mobilizadas por essas mulheres é fundamental para a análise crítica das dinâmicas de poder nos movimentos sociais e para a construção de um feminismo verdadeiramente plural e comprometido com a justiça social.

As análises deste artigo sobre o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em Valença (1988), evidenciam que a forma de organização coletiva adotada foi decisiva para o fortalecimento da consciência política, para a integração nacional das lideranças e para a construção de propostas que visavam à transformação social. O encontro consolidou-se como marco na mobilização política das mulheres negras, com impacto significativo nas esferas política, educacional e cultural, sendo considerado um dos pilares estruturantes do feminismo negro brasileiro.

Partindo do pressuposto a atuação dos movimentos sociais tem sido historicamente marcada por disputas, avanços e contradições. No campo da luta antirracista e feminista branca, essas tensões se tornam ainda mais evidentes quando observamos como determinadas experiências são silenciadas ou marginalizadas dentro dos próprios espaços de resistência. Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre a invisibilização das mulheres negras tanto no interior do movimento negro quanto no feminismo hegemônico branco, evidenciando como a ausência de uma abordagem interseccional compromete o potencial emancipador dessas lutas., buscamos compreender os limites e possibilidades de construção de práticas políticas verdadeiramente inclusivas.

Ao reconhecer o MMN como sujeito político e epistêmico, este artigo reafirma a centralidade da autonomia como práxis coletiva, situada e transformadora. A trajetória do MMN revela não apenas estratégias de resistência frente às múltiplas opressões, mas também a capacidade de produzir saberes enraizados nas experiências vividas, tensionando os limites das epistemologias hegemônicas.

Nesse sentido, o MMN contribui de forma decisiva para a construção de justiça epistêmica e social, ao afirmar modos próprios de pensar, agir e intervir no mundo. A articulação entre ação política, produção de conhecimento e ética do cuidado torna-se um legado fundamental para os estudos críticos e para as práticas comprometidas com a transformação das realidades marcadas por desigualdades interseccionais.

Referências

Carneiro, S. (2003). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo].

Carneiro, S. (2005). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In P. B. Silva (Org.), *O ensino das relações étnico-raciais: caminhos e descaminhos da Lei 10.639/03*. MEC.

Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, *1989*(1), 139–167.

Curiel, O. (2014). *La nación heterosexual: análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación*. Brecha Lésbica; En la Frontera.

Gonzalez, L. (1988). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In H. B. de Holanda (Org.), *O feminismo como crítica da cultura*. Rocco.

Gonzalez, L. (2021). Por um feminismo afro-latino-americano. In F. Rios & M. Lima (Orgs.), *Por um feminismo afro-latino-americano*. Zahar.

Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 7–41.

Lemos, R. (2009). *Feminismo negro em construção: o caso do Rio de Janeiro (1980–1995)* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].

Lima, M., & Rios, F. (Orgs.). (2021). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Zahar.

Nascimento, B. (2006). *Beatriz Nascimento: textos, entrevistas, roteiros* (A. Ratts, Org.). Imprensa Oficial do Estado; Instituto Kuanza.

Pereira, A. M. (2009). *O movimento negro brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça*

social no Brasil. Quartet.

Ratts, A. (2007). *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de Beatriz Nascimento*. Imprensa Oficial do Estado; Instituto Kuanza.

Ribeiro, M. (1989). Relações raciais nas pesquisas e processos sociais? *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (17), 37–42.

Ribeiro, M. (1995). Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing. *Estudos Feministas*, *3*(2), 544–550.

Rodrigues, C. S. (2012). *As fronteiras entre raça e gênero na cena pública brasileira: um estudo sobre a construção da identidade coletiva do movimento de mulheres negras* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais].

Santos, B. de S. (2010). *Descolonizar el saber, reinventar el poder*. Trilce; Universidad de la República.

Silva, J. da. (2014). I Encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas negras na década de 1980. In J. da Silva & A. M. Pereira (Orgs.), *O movimento de mulheres negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil* (pp. 13–40). Nandyala.

Werneck, J. (2010). O corpo na luta: o movimento de mulheres negras e a saúde da população negra. In N. M. Lima, H. Cunha Júnior & P. B. G. e Silva (Orgs.), *Saúde da população negra* (pp. 15–24). Fundação Cultural Palmares.

Angélica, J., & Santana, V. (2023). *Entrevista concedida no contexto do movimento de mulheres negras no Brasil* [Entrevista; CAAE: 69242723.7.0000.8142]. Plataforma Brasil.